

Guerreiro Ramos cassado duas vezes

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Lucas José Dib

*In Cavalcanti, B. S. e Lustosa da Costa, F. L., eds. (2019) *Guerreiro Ramos: entre o passado e o futuro*. Rio de Janeiro: Editora FGV: pp. 31-51.*

Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982) foi figura dominante e polêmica da sociologia brasileira nos anos 1950. Escreveu inúmeras e importantes obras, e deixou um legado que até hoje é revisitado. Era baiano natural de Santo Amaro da Purificação, negro e de origem humilde, tendo perdido o pai no início da infância. Sua primeira obra, ainda na adolescência, foi um livro de poesia: “O drama de ser dois” (1937), uma alusão ao estado de espírito que alimentaria suas mais agudas preocupações e dilemas internos: a libertação do negro vítima de discriminação; a de um intelectual de país periférico preocupado com a defesa da soberania político-econômica e cultural de seu país; e a do homem engajado na construção de um projeto nacional capaz de transformar a realidade brasileira, que havia sido erigida, segundo ele, a partir da subordinação mental da elite nativa que importou a “realidade nacional” de forma enlatada dos países dominantes.

Tendo migrado com a mãe para Salvador em 1920, o jovem Guerreiro militou no Centro Católico de Cultura, onde ficou sob a batuta do padre dominicano Béda Kerkaiser, e foi influenciado por intelectuais como Emmanuel Mounier e Jacques Maritain, com os quais trocou correspondências. Como muitos jovens católicos da época, passou pela Ação Integralista Brasileira, e contou com o apoio de Rômulo Almeida, que depois teria um papel decisivo no segundo governo Getúlio Vargas, como chefe de sua assessoria econômica. Em 1939, o jovem e talentoso

Guerreiro foi contemplado com uma bolsa do Governo do Estado da Bahia para estudar Ciências Sociais na Faculdade Nacional de Filosofia no Rio de Janeiro, então capital federal, onde enveredou por autores como Arthur Ramos, Karl Mannheim, e se aproximou da sociologia americana de Robert Park e Samuel Smith – ambos da Escola de Sociologia de Chicago – e William Isaac Thomas, além de leituras dos sociólogos clássicos: Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. Também teve impacto em sua formação as obras do filósofo político russo Nikolai Berdyaev.

Indicado por San Tiago Dantas, outra grande figura da República, que viria a ser Ministro das Relações Exteriores de João Goulart, Guerreiro Ramos inicia atividade como docente de “Problemas Econômicos e Sociais do Brasil”, no Departamento Nacional da Criança. Já em 1943, assume interinamente como técnico do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP),¹ que fora encarregado por Getúlio Vargas de realizar a Reforma Burocrática de 1936, e nesse setor chave ficou por seis anos. Em suas próprias palavras, Guerreiro, a despeito da importante função, era um sociólogo que desejava estar em “mangas de camisa”, mas se viu “engravatado”

Analisava projetos de organização de departamentos, como o Departamento de Agricultura, de penitenciárias, ia para as repartições e dava nova forma, pois eles precisavam se reorganizar. Organizava a polícia [...] fazia recrutamento de pessoal para o governo federal, fui chefe da seção de recrutamento [...] era uma coisa chatíssima. Desde o começo eu vi que aquilo era chato [...] eu era um peixe fora d'água (GUERREIRO *apud* OLIVEIRA e ABREU, 1995, p. 146)

Entretanto, como intelectual engajado que era, é nesse mesmo período que o sociólogo daspiano Guerreiro adota uma visão nacionalista, semelhante à adotada por Getúlio Vargas, e escreve seus primeiros trabalhos voltados à administração pública. O veículo foi a *Revista de Serviço Público*, do próprio DASP, e seu primeiro artigo foi “Administração e política à luz da sociologia”, de 1946. Nele, ele explica sua crítica à “neutralidade moral” do agente público, argumentando que afinal haveria sempre “[...]um resíduo ideológico da conduta burocrática”, ou que “toda modalidade de conduta é situacionalmente configurada” (GUERREIRO, 2012, p.104). Depois desta introdução, passamos agora a palavra a Guerreiro Ramos para que ele nos fale sobre suas múltiplas facetas: o negro, o sociólogo, o administrador público, o político, o professor.

O método

Vejamos, primeiro, o que Guerreiro nos diz sobre seu método em sua *Cartilha*: “Toda sociologia autêntica é, direta ou indiretamente, um propósito salvador de reconstrução social”(1954, p. 19). Continua Guerreiro:

É necessário, através de um processo de estilização científica, transportar para o plano abstrato dos conceitos as realidades históricas efetivas [...] Os conceitos sociológicos não saíram da cabeça dos sociólogos, não lhes foram revelados em uma hora de mediunidade; resultaram do exame crítico de situações vividas, dentro de limites históricos (1954, pg. 89).

Para tornar mais claro o que afirma, Guerreiro apresenta como exemplo a industrialização, que, para ele, é um conceito histórico e, portanto, sociológico

Sobretudo nos países da periferia econômica a industrialização é um processo civilizatório, isto é, aquele mecanismo através do qual operam as mudanças quantitativas e qualitativas nas estruturas nacionais e regionais [...] A industrialização, entendida como processo de crescente elevação da produtividade do trabalho, é uma libertação do homem dos determinismos cósmicos pelo domínio dos mesmos (1954, pg. 93- 96)

Para ele, a sociologia deve estar inserida na prática e seu método deve ser holístico

A sociologia é a ciência que pensa a totalidade histórica a partir do sujeito na prática. A coleta de dados não tem sentido se não for orientada pelo ponto de vista da totalidade, por um *a priori* que não é arbitrário, mas está objetivamente implicado, como princípio, na vida prática do sujeito cognoscente [...] A teoria global de uma sociedade é o requisito prévio para a compreensão de suas partes [...] Não há outro meio de conhecer a realidade social senão participando dela (1960, 82-84)

Guerreiro identifica isso no problema do negro, que só existiria quando ele é vivido como condição normal. Para ele

Uma determinada condição humana é erigida à categoria de problema quando, entre outras coisas, não se coaduna com um ideal, um valor ou uma norma. Quem a avalia como um problema estima ou a avalia como anormal [...] Sou negro, identifico como meu o corpo em que está inserido, atribuo à sua cor a suscetibilidade de ser avaliada esteticamente, e considero minha condição étnica como um dos suportes do meu orgulho pessoal (1954, pg. 148-157)

Já a *Redução Sociológica* (1958) é o título de um dos seus livros mais notáveis. A redução sociológica é o método que nos permite adaptar criticamente o conhecimento estrangeiro, ou nas palavras do próprio Guerreiro

A redução sociológica é ditada não somente pelo imperativo de conhecer, mas também pela necessidade social de uma comunidade que, na realização de seu projeto de existência histórica, tem de servir-se da experiência de outras comunidades[...] É um procedimento crítico-assimilativo da experiência estrangeira (1958, pg. 44-46).

O sociólogo crítico

Sua insatisfação estendia-se aos profissionais de gabinete que desconheciam a realidade “lá de fora” e aos intelectuais elitistas que pretensamente ostentavam um conhecimento inalcançável aos “indivíduos comuns”. Era contra, portanto, ao que ele chamava de “sociologia consular” e “sociologia enlatada”. Em suas próprias palavras

O sociólogo utilizava a produção sociológica estrangeira, de modo mecânico, servil, sem dar-se conta de seus pressupostos históricos originais, sacrificando seu senso crítico ao prestígio, que lhe granjeava exhibir ao público leigo o conhecimento de conceitos e técnicas importadas (GUERREIRO, 1965, p.13-14).

Sociologia para ele não deveria ser ofício especializado adquirido por repetição, ou o que ele denominou de “ciência em hábito”, mas antes a vocação deveria ser emanada pela “ciência em ato”, uma sociologia capaz de despertar e promover a consciência nacional. Era elementar, portanto, reinterpretar a realidade brasileira, confrontando o que ele chamava de *transplantação*² de ideias ou de “sociologia importada” e descompromissada com o desenvolvimento e a autonomia do Brasil. Para Guerreiro Ramos a missão maior estava na

[...] reorganização social e política do País, apta a dar forma aos impulsos da nova sociedade que se constituiu. A tomada de consciência de que o povo é a novidade radical do Brasil na presente época constituiu requisito imprescindível, do ponto de vista teórico e prático. (GUERREIRO, 1961, p. 42-46)

Considerava (1961, p. 190) que o intelectual da “ciência em ato” deveria preencher o vazio na arena propositiva das ideias, deixada ao relevo por uma classe “há duas décadas em processo de aposentadoria histórica” ou historicamente por uma “elite colonizada e estúpida”. O intelectual não deveria ser orgânico a uma classe particular, mas sim assumir “a tarefa de organizar um Estado nacional, ou seja, de configurar politicamente o povo brasileiro”. Guerreiro exortava a *intelligentsia* aos esforços capazes de garantir a consolidação da nação, e ao “exercício da tarefa pedagógica”. Para ele, era

essencial que os intelectuais tomassem e assumissem publicamente suas posições. Isso porque

Formou-se no Brasil uma concepção segundo a qual a vida da inteligência é incompatível com a política [...] ao contrário, num país como o Brasil, o intelectual que viva profundamente a *ética da inteligência*, reconhecerá que o seu magistério terá de ser deliberadamente, intencionalmente político (GUERREIRO, 1961, p. 190)

Guerreiro afirma em certo momento que “a influência mais poderosa desde os anos 40 até hoje, em termos da minha profissão de homem de ciência, é Max Weber” (OLIVEIRA *apud* GUERREIRO, 1995, p. 144). Mas ao afirmar isto ele estava se referindo à teoria da burocracia, que teria forte impacto também em um dos autores deste artigo, não à teoria weberiana do patrimonialismo que até hoje é utilizada por muitos para assinalar o atraso brasileiro. Como Weber, Guerreiro fala em uma ética, mas a sua é a *ética da inteligência*, é a assimilação adaptativa e crítica, no seu estado mais puro, que ele chamou de “redução sociológica”, ou seja, a assimilação crítica de contribuições teóricas de outros países. Nesse sentido, Guerreiro era um forte crítico da sociologia do seu tempo – a sociologia de Gilberto Freyre e de Sérgio Buarque de Holanda. Este, conforme demonstrou Jessé Souza (2015), inspirou toda uma ciência social liberal e dependente que faz a crítica liberal do Estado brasileiro, que seria dominado até hoje pelo “homem cordial”, personalista e particularista. Guerreiro, como seus demais companheiros do ISEB, viu sempre o Estado como um instrumento da industrialização que estava então acontecendo no Brasil, e, portanto, da superação desse patrimonialismo.

Para Guerreiro Ramos os intelectuais deveriam ter um papel dual: a) assumir o ofício pedagógico – balizado pela “redução sociológica” e contra a transplantação de ideias – tendo como missão maior o despertar de consciência da Nação e a reorganização, em moldes nacionalistas, do Estado; e b) posicionar-se pública e atuar politicamente – guiados pela ética da responsabilidade – para que os princípios que defendam sejam, de fato, alcançados com sucesso. Era essa, pois, a “ética da inteligência” de Guerreiro, sendo que para estar à altura das tarefas que os incumbiam, era necessário aos intelectuais paixão, senso de proporções e responsabilidade para com seus objetivos e princípios, sendo essa, portanto, uma

missão eminentemente política. Por sua vez, a “redução sociológica” de Guerreiro está harmonizada com os dizeres do próprio Weber (WEBER, 2007 p. 122), que afirmou que “ética da convicção e a ética da responsabilidade não se contrapõe, mas se completam e, em conjunto, formam o homem autêntico, isto é, um homem que pode aspirar à “vocação política””.

O sociólogo do ISEB

Isso foi o que fez Guerreiro, a partir de 1949, quando ele conciliou suas atividades acadêmicas e no DASP com uma militância como diretor do Instituto Nacional do Negro e do Teatro Experimental do Negro, liderado por uma notável figura, Abdias do Nascimento. Seu escopo de atuação era coordenar e atuar para a formação profissional e cultural dos negros e de pessoas pobres, e, através do teatro, criar um ambiente de grupo dinâmico que fosse conscientizador e psicoterapêutico para o negro dilacerado pelo racismo, no intuito de forjar (1950, p. 50) “[...] uma elite (negra), uma espiritualidade e uma missão”.

Em 1951, novamente por indicação de Rômulo de Almeida, Guerreiro Ramos passa a trabalhar diretamente na Casa Civil da Presidência da República, e alguns meses depois, já em 1952, passa a integrar o então denominado “Grupo de Itatiaia” junto com outros notáveis intelectuais da estatura de Ignácio Rangel, Hélio Jaguaribe, Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier, Cândido Mendes de Almeida, Nelson Werneck Sodré e Hermes Lima. Esse Grupo foi formalizado em 1953 como Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), e passa a editar a revista *Cadernos do Nosso Tempo*, uma revista voltada para a tomada da autoconsciência histórica do Brasil, para discussões do subdesenvolvimento, estratégias de desenvolvimento, aos dilemas e potenciais da industrialização, ao alinhamento ou a independência do Brasil nas relações exteriores, ao nacionalismo e a defesa dos interesses nacionais, à racionalização da gestão pública e reorganização do Estado, e para a reflexão dos legados de Getúlio Vargas.

Vale lembrar que esse grupo de intelectuais e, principalmente Guerreiro, que era o sociólogo por excelência do grupo, com seus livros, *O Processo da Sociologia no*

Brasil (1953) e *Cartilha do Aprendiz de Sociólogo* (1954), buscaram resgatar nomes da intelectualidade brasileira que outrora haviam se comprometido com o nacionalismo e a construção da nação, tais como Oliveira Viana, Alberto Torres, Euclides da Cunha e Silvio Romero. Guerreiro revisitou esses autores e considerou que teriam realizado o que ele viria a chamar de “redução sociológica” e foram contra a “transplantação cultural”, ao passo que outros teóricos não haviam sido capazes de uma incorporação crítica, como Mario Lins, Tristão de Ataíde e Tobias Barreto (GUERREIRO, 1953, p. 10-12).

No II Congresso Latino-Americano de Sociologia, que ocorreu em 1953, Guerreiro Ramos amplia suas críticas à “transplantação de ideias”, à “sociologia enlatada e importada” e às correntes que ele chamou de “consulares” e “miméticas” do pensamento intelectual brasileiro, além de advogar favoravelmente para um afazer sociológico comprometido com os interesses da nação e com o desenvolvimento econômico. Pós Congresso, onde, aliás, foi severamente criticado por outros acadêmicos, desdobrou-se a sua *Cartilha*, uma crítica à sociologia transplantada e à histórica falta de redução sociológica das elites e boa parte da intelectualidade do país.

Sobre isso, Darcy Ribeiro comentou anos depois

Fui amigo e até compadre de Guerreiro Ramos. Depois brigamos. Ele queria liberar todo pesquisador social de países atrasados como o nosso das prescrições metodológicas formais. Nós todos reagimos num Congresso de 52-53, no Rio, a que ele respondeu com a sua excelente *Cartilha*. Eu era, então, um etnólogo bisonho, metido com os índios, querendo estudá-los como fósseis vivos. Florestan queria ser Merton. Guerreiro tinha toda a razão de propor uma ciência social nossa, eficaz e socialmente responsável. Exacerbou, é claro, como todo pioneiro. Mas era, sem dúvida, o melhor de nós (RIBEIRO in GUERREIRO, 1995, contra capa).

Guerreiro queria que negros e pobres também pudessem ser sujeitos de direito e agentes ativos no desenvolvimento de políticas públicas nacionais, e não indivíduos encarados como peças museológicas e de dissecação sociológica pois isso era algo que obstaculizava o “processo de evolução cultural das massas de cor.” (GUERREIRO, 1993, p. 18-19).

Em 1955 o IBESP se torna o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que teria um papel na definição do projeto de nação e de desenvolvimento

econômico então em curso. O ISEB foi um órgão do Estado, criado no âmbito do Ministério da Educação, com autonomia administrativa. Hélio Jaguaribe era o principal coordenador do grupo. Guerreiro estava no núcleo do IBESP e depois do ISEB e, portanto, no centro do processo histórico desenvolvimentista da época, inicialmente no quadro do segundo período Vargas (1951-1954) e depois, no governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). O ISEB era o motor intelectual do nacional-desenvolvimentismo, de orientação popular, à época. Por esse mesmo motivo despertava frêmitos dos setores político-econômicos e intelectuais liberais, intrinsecamente conservadores. Entretanto, inconformado com o livro de Hélio Jaguaribe (1958), que assinalava de forma positiva a participação de empresas multinacionais na industrialização então em curso, Guerreiro Ramos abre uma crise no ISEB que leva Hélio Jaguaribe a sair do grupo em 1958, e o próprio Guerreiro, um ano depois.

Em 1960 Guerreiro começa sua breve vida política. Ele se filia ao PTB e passa a fazer parte do Diretório Nacional do partido. No ano seguinte, representando o Brasil, viaja para a China comunista de Mao Tsé-Tung e chega a ser recebido pelo líder revolucionário. De lá, foi para a capital da URSS, Moscou, onde participou de conferências. Na XVI Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Guerreiro Ramos representou o Brasil como seu delegado e integrou também sua Comissão de Estudos Econômicos. Sua sinceridade aguçada continuou se expressando, como podemos ver em suas palavras

Eu me irritei muito com a China. Passei três meses lá, uma chatice, uma conversa puramente ideológica. Eu ia às bibliotecas e não via nem um Marx; eles só conhecem *O Capital*. Um primarismo! E a conversa na União Soviética, uma chatice! Os sujeitos não entendem de Brasil. Aliás, fui muito franco e disse: “você não entende o Brasil”. Escrevi uma série de artigos em que eu dizia que não me via como amigo profissional da URSS nem da China, mas era um sujeito que admirava certas coisas. Os comunistas ficaram danados comigo: chamaram-me de traidor, oportunista, etc. (GUERREIRO, 1995, p.150-151).

Seguindo esse dinamismo condizente com o que ele chamou de ética da inteligência, em 1962 Guerreiro é lançado candidato a Deputado Federal pela aliança PTB/PSB no antigo estado da Guanabara, mas não foi eleito, ficando apenas com a segunda suplência. No entanto, em agosto de 1963 Guerreiro assume uma vaga na Câmara Federal depois que Leonel Brizola - que de 1959-

1962 havia sido Governador do Rio Grande do Sul e o grande líder da Campanha da Legalidade de 1961 -, pediu uma licença. Participou, então, da regulamentação da profissão de administrador, mas o que realmente marcou seu mandato foi a defesa do capital nacional, da tecnologia nacional e do trabalho. Foi um deputado muito ativo, como comprovam os discursos das mais de 70 vezes que subiu à tribuna e ensejou proposições. Entretanto, o Golpe Militar de 1964 encerrou sua participação na política institucional com a cassação do seu mandato.

Cassado duas vezes

A absurda cassação de seu mandato atingiu Guerreiro de maneira profunda. A partir de então, desiludido da política, ele se volta para a administração pública e para uma nova teoria das organizações. Sem reservas e sem proventos, Guerreiro encontrou refúgio na Fundação Getulio Vargas (FGV), que à época era presidida por Luiz Simões Lopes. Desempenhou, então, um papel de grande destaque acadêmico, aliando teoria, método e prática resultante de um conhecimento e de experiências interdisciplinares. Foi nessa época que produziu o livro *Administração e Estratégia do Desenvolvimento* (1966), em uma pesquisa apoiada pela Fundação Ford. Vale lembrar que o Professor Guerreiro dizia para seus alunos que a “sociologia era a ciência dos oprimidos”.

Constantemente pressionado pelo novo regime militar, Guerreiro procurou o exílio nos Estados Unidos em 1966 no intuito de garantir proteção para si e seus familiares. Iniciou em seguida uma brilhante carreira como professor de doutorado em Administração Pública na Universidade do Sul da Califórnia, além de também ter atuado como professor visitante em Yale e na Wesleyan University no início dos anos 1970. No entanto, magoado, não voltou a discutir as questões brasileiras. Foi nos Estados Unidos, entre 1966 e 1980, que sua teoria das organizações foi consolidada.

Por que Guerreiro não teria recebido o prestígio e o resgate que lhe seria devido? A resposta passa por sua postura combativa; desafiou a Igreja, o ISEB, partidos e lideranças políticas. Mas dentre as muitas forças que ele desafiou encontrava-se o departamento de ciências sociais da USP, então liderada por Florestan

Fernandes. Guerreiro defendia antes uma ação transformadora por parte da sociologia do que uma sociologia guiada por métodos que muitas vezes ele chamou de “consulares” e “elitistas”. Enquanto Florestan defendia uma “sociologia científica”, Guerreiro, uma “sociologia ensaísta”. Para ele a sociologia devia ser um instrumento do desenvolvimento nacional por meio de políticas públicas independentes e um Estado soberano e ativo. Nesse debate, a sociologia da USP foi vencedora, não obstante vários dos principais livros dos professores de sociologia dessa universidade tenham caráter de ensaio, não de relatório de pesquisa. Guerreiro e seus colegas do ISEB foram vencidos porque foram rejeitados pela esquerda e pela academia. Porque essa esquerda e essa academia, derrotadas em 1964, se apoiaram na “teoria da dependência” que então surgia para encontrar responsável interno pela derrota: o ISEB, que defendera a tese da revolução burguesa e nacional.

A teoria da dependência é geralmente identificada com a teoria do imperialismo na explicação do subdesenvolvimento, mas, na verdade, ela é crítica da teoria do imperialismo. Ela foi fundada por André Gunder Frank, em um trabalho de 1966, “O desenvolvimento do subdesenvolvimento”. Ela surgiu em um momento propício, logo após o golpe militar de 1964 no Brasil (que se repetiria na Argentina (1967), Uruguai (1968) e Chile (1973), e tornou-se dominante na América Latina nos anos 1970 e 1980. Essa teoria, de origem marxista, criticava a teoria cepalina e isebiana que dava como uma das explicações para o subdesenvolvimento o imperialismo, que a Cepal definia utilizando um eufemismo (necessário para uma entidade que parte das Nações Unidas): a “relação conflito centro-periferia”. Enquanto a tese isebiana via na ação do centro um obstáculo grave desenvolvimento econômico, apontava a associação da oligarquia agrário-exportadora e mercantil com o centro como o problema político interno, apostava no surgimento de uma burguesia nacional industrial para se associar aos trabalhadores e à burocracia pública para formar uma coalizão de classes desenvolvimentista, a teoria da dependência considerava toda a burguesia latino-americana inerentemente dependente, incapaz de agir como burguesia nacional. A partir desse pressuposto equivocado (na verdade, as elites latino-americanas são ambíguas ou contraditórias, em certos momentos

agindo como burguesias nacionais, em outros, como burguesias dependentes), a teoria da dependência dividiu-se em dois ramos: uma defendendo a revolução socialista (André Gunder Frank, Ruy Mauro Marino, Francisco de Oliveira, Florestan Fernandes no final de sua vida) – uma solução coerente mas irrealista; a outra, que ficou denominada “teoria da dependência associada”, defendendo a associação subordinada com o centro (Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto). Foi esta segunda interpretação que acabou sendo a versão dominante, e se constituiu em uma causa básica da perda da ideia de nação dos intelectuais brasileiros nas décadas seguintes.³ Neste contexto, não apenas Guerreiro, mas os outros principais intelectuais do ISEB, que haviam defendido a tese da aliança das esquerdas com os empresários industriais foram fortemente criticados e marginalizados. Por isso, é legítimo dizer Guerreiro e seus companheiros nacionalistas foram duplamente cassados: primeiro pelos militares e depois pelos seus pares da teoria da dependência – uma teoria ressentida que, na busca dos responsáveis interno pela derrota de 1964, subestimaram o papel do imperialismo, e acabou ao centro se associando.

Após a Lei de Anistia de 1979, Guerreiro Ramos volta ao Brasil. Saiu como grande sociólogo e regressou como um nome vinculado à área da administração pública, mas não recebeu o prestígio entre seus pares nacionais que lhe era merecido. Apesar disso, torna-se professor nas universidades federais de Santa Catarina (UFSC) e do Paraná (UFPR), e publica *Teoria das Organizações e Nova Ciência das Organizações* (1981).

O surgimento da consciência crítica

Para Guerreiro um povo torna-se uma nação quando ele passa a ver o mundo a partir da sua realidade vivida, nacional. Quando o mercado interno gera em torno de si interesses suficientes para formar uma nação.

A personalidade histórica de um povo se constitui quando, graças a estímulos concretos, é levada à percepção dos fatores que a determinam, o que equivale à aquisição de consciência crítica (1958, pg. 60-61)

Dialogando com Karl Schmidt, diz Guerreiro:

Enquanto não se constituiu o mercado interno, o povo não foi propriamente sujeito do acontecer político, ao menos no sentido moderno ou nacional da expressão. A população brasileira descobriu o político a partir de sua integração no âmbito de interações surgido no país graças à formação do mercado interno (1958, p. 60)

Guerreiro também foi um intelectual crítico notável, aliando sua grande cultura à uma forte independência pessoal. Foi um crítico da sociologia dominante nos Estados Unidos na sua época – uma sociologia funcionalista cujo principal representante era Talcott Parsons. Foi crítico da sociologia transplantada ou “enlatada” que vinha dos Estados Unidos e da Europa. E foi também crítico do liberalismo católico e moralista que ele identificou com uma “jeunesse dorée”, cujos principais representantes foram Jackson de Figueiredo e Afonso Arinos de Mello Franco (sobrinho).

Na *Redução Sociológica* (1958, pg. 89-90), Guerreiro criticou a sociologia funcionalista que predominou no pós-guerra, pois mesmo o “pleno desenvolvimento que atingiram os Estados Unidos não estimula a formação de uma sociologia dinâmica”, e o próprio Wright Mills teria visto o “caráter acomodado dessa sociologia”, sendo “a proliferação de estudos e pesquisa (apenas) uma forma de empregar mão-de-obra”.

Através de seu método e da ideia de *dualidade básica*, foi um crítico da cultura brasileira. Toda as estruturas da sociedade “velha” seguram a emergência da nova, e baseado na teoria ou “lei da dualidade básica” de Ignácio Rangel (1953), Guerreiro analisou que o Brasil passava por fases ao se desenvolver, e que em cada fase “o capitalismo brasileiro, visto de fora, encontra-se em um grau de desenvolvido superior ao do desenvolvimento interno” (GUERREIRO, 1960, p. 89). Eis que o desenvolvimento nacional, a independência frente à metrópole, surge como solução.

Para ele (1960, p.94), o grande problema do Brasil era cultural, sendo que a dualidade resultava em 1) uma cultura transplantada, heterônoma, caracterizada pelo fenômeno da imitação sem crítica; 2) uma cultura alienada, “sem comando de si própria”, sem a “plasticidade” necessária às adaptações à realidade; 3) uma cultura amorfa, “sem pautas consistentes nas quais possa transcórrer o esforço coletivo em dada época e de geração a geração”; 4) uma cultura inautêntica. Era

uma cultura, “pautada por normas que não permitem a atualização de suas possibilidades”, ou uma cultura onde, parafraseando Heidegger, “a existência é falsificada ou perdida em mera aparência.”.

Guerreiro foi um duro crítico da sociologia brasileira, mas, no entanto, reconheceu o valor de grandes dos seus antecessores, tais como Sylvio Romero, Alberto Torres e Oliveira Viana, sendo a obra deste último, “o máximo de objetividade que até agora os estudos sociológicos atingiram, entre nós.” (1955[1995]). Destacadamente quando do II Congresso de Sociologia Latino-Americana que descrevemos acima, Guerreiro ficou indignado com a rejeição que foi feita às suas teses nacionalistas, contrárias à “transplantação cultural”. O resultado foi uma série de artigos no Diário de Notícias em 1953, e no ano seguinte, o lançamento da sua *Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo*.

Para ele (1954, pg. 18-22), a sociologia brasileira seria transplantada e inautêntica, uma verdadeira “sociologia enlatada”, mero “subproduto abortício do pensamento sociológico europeu e americano”, sendo que a formação do sociólogo nacional ou latino-americano consistia, “via de regra, num adestramento para o conformismo, para a disponibilidade da inteligência em face das teorias”. E, dialogando com as leituras de Kalr Mannheim, afirmou que o sociólogo brasileiro era “gesticulante” e a sociologia dos países coloniais eram “gesticulação vazia de significados”. Ao gesticulante, prossegue Guerreiro, “satisfaz-se em fingir a ação que anela cometer, mas não comete realmente.”.

O nacionalismo de Guerreiro

Nacionalismo para Guerreiro Ramos era um “projeto de elevar uma comunidade à apropriação total de si mesma, isto é, torna-la o que a filosofia da existência chama um *ser para si*” (GUERREIRO, 1957, pg. 29). Era também *ontológico*, pois

o nacionalismo, na atual fase da vida brasileira, se me permitem, é algo ontológico, é um verdadeiro processo, é um princípio que permeia a vida do povo, é, em suma, expressão da emergência do ser nacional (GUERREIRO, 1957[1995])

Mas também era um fenômeno econômico, pois para Guerreiro, valendo-se de Alberto Torres, “a nação brasileira só poderia verificar-se, em toda a sua

plenitude, com o surgimento de um capitalismo brasileiro”, sendo que quando “em nossos dias, surge, no Brasil os componentes objetivos da nação, que faltavam até há bem pouco, o nacionalismo se tornará verdadeiramente um fato sociológico.” (1957[1995], pg. 56).

Ora, para Guerreiro (1960, p. 225-229) o nacionalismo era a ideologia que assinalava o advento do povo brasileiro, uma ideologia “dos povos que, na presente época, lutam por libertar-se da condição colonial”, uma condição que, “aqueles que são já plenamente soberanos não carecem de fazer esta reivindicação. Proclamam-se soberanos.”. À nação brasileira, fundada em 1822, faltaria um elemento essencial: o povo. Sendo o povo um conjunto de pessoas “participantes de uma mesma tradição e afetados de uma mesma consciência coletiva de ideais e de fins [...] um conjunto de pessoas integrados em um mercado interno, seu substrato material.”

No entanto, adverte Guerreiro (1959, pg. 20-25), o Estado no Brasil precedeu a sociedade, “exercendo, enquanto esta não se forma, o papel de sujeito do acontecer histórico-social”, e aponta que “não éramos uma nação, pois a nação não se configura historicamente sem a sua substância que é o povo”. Para ele, o Brasil de Vargas em diante começou a se transformar. Escrevendo em 1959, Guerreiro afirmou que, “hoje, o povo começa a ser um ente político, maduro, portado de discernimento e vontade própria.”, assumindo “papel de principal ator político.”, lembrando que, no entanto, essa “nova classe dominante ainda não se tornou classe dirigente.” (1959, p. 20).

Guerreiro exorta a ação ativa e altiva do “poder nacional”, sendo a representação deste poder o próprio Estado nacional. Segundo ele, a crise de 1929 e seus desdobramentos era “auspiciosa para nós” (1961, p. 37), e descreve que “nenhum povo, alçado ao âmbito vestibular de sua revolução nacional, deixa de fazê-la, ainda que a custa dos mais ingentes sacrifícios”, sendo que soberania e “desenvolvimento econômico quer dizer ruptura dos antigos quadros de complementaridade e de dominação espoliativa de que se beneficiam grupos oligárquicos privilegiados”. Ao Estado ou ao “poder nacional” estariam reservados importantes objetivos fundamentais

internamente , constituir-se como suprema instância normativa, hábil para encaminhar o processo emancipatório do país, defendo-o das forças que o ameaçam; e externamente, tornar-se garantia de uma política externa que tire legitimamente o melhor partido dos acontecimentos mundiais (1961, pg.57).

O povo e os tipos históricos de política

A ideia de pactos ou coalizões políticas, desenvolvimentistas ou liberais, progressistas ou conservadoras, também é uma ideia presente para Guerreiro. Para ele (p. 23), “todo poder se concretiza em termos antagônicos [...] em cada momento da sociedade há uma combinação de forças, um pacto entre diferentes grupos ou categorias sociais.”. Nesse bojo, a vitória de Jânio Quadros em 1960 representava a própria crise do “poder nacional”, representava a derrota do “nacional-desenvolvimentismo” varguista.

Sua leitura sociológica passava pela interação dos pactos políticos com ciclos de mudanças estruturais. E por uma reinterpretação da história brasileira. Diz Guerreiro (1961): “De 1822 a 1930 somente os proprietários rurais, os altos comerciantes ou seus delegados tinham lugar [...] pode-se tomar 1870 como o ano em que a classe média – (aí incluso os novos industriais) – inicia sua trajetória política” (pg. 24). A Revolução de 1930 muda tudo; ela “encerrou um ciclo de nossa evolução política e abriu outro, isto é, encerrou o ciclo da constitucionalização do Estado e abriu o ciclo de lutas políticas pela estruturação política dos interesses das classes sociais no Brasil [...] deu à classe média um lugar na esfera de decisão do país.” (pg. 28).

A vitória de Jânio (1960), depois da de Getúlio Vargas (1950) e da de Juscelino (1955), abriria o terceiro capítulo da mudança da estrutura social brasileira. As três “indicam o advento do povo como entidade política.”. (p. 34). Jânio seria uma nova tentativa de bonapartismo, mas “as contradições entre o setor tradicional e o de vanguarda chegaram hoje a tal agudeza que não é possível o bonapartismo, ou seja, não é possível um governo neutro, acima das classes sociais.”. (pg. 40).

Para Guerreiro Ramos haveria cinco tipos históricos de política: 1) a política de clã, familismo e compadrismo; 2) a política de oligarquia, patrimonialista; 3) a política populista, que apela para a solidariedade social; 4) a política dos grupos

de pressão, fenômeno contemporâneo; e 5) a política do tipo ideológica, sendo a “ideologia a justificação do interesse” (pg. 62), e “a exigência fundamental da atual fase do Brasil [...] que supõe um povo eleitoralmente livre.” (1961, pg. 60). Guerreiro estava otimista, pois arguia que “hoje o povo brasileiro está historicamente constituído e maduro. A nação brasileira está historicamente constituída e madura.”. (pg. 66).

Em 1963, Guerreiro escreve *Mito e Verdade da Revolução Brasileira*. Neste trabalho procurou “transmitir experiência de estarrecimento ante o insólito fato de se ter constituído no Brasil uma ‘esquerda’ contrarrevolucionária, cujo suporte é a metafísica da revolução” (p. 15), e argui que “a partir de 1958 o ISEB tornou-se uma agência eleitoreira, e ultimamente uma escola de marxismo-leninismo”. Era, portanto, uma crítica aos que eram pró Marechal Henrique Teixeira Lott, grande líder do *Movimento 11 de Novembro* que garantiu a posse de Juscelino Kubitschek e que seria candidato a Presidente em 1960 - derrotado por Jânio Quadros.

Guerreiro também escreveu que “na cátedra de sociologia do IBESP e do ISEB nunca deixei de manifestar minha insatisfação com respeito ao marxismo, cujos resíduos positivistas e dogmáticos procurava demonstrar perante os que frequentavam meus cursos. Também nunca ocultei que considerava o PCB organização alienada [...] caí em desgraças nos meios pecebistas.”. (pg. 10). Foi um livro, podemos dizer, de um tempo de crise, de uma conjuntura de crise econômica e política. Guerreiro se demonstrava indignado com o marxismo-leninismo que denominou como sendo “uma chantagem com força de filosofia” (1963, p. 14), sendo esse livro uma crítica a esse marxismo, bem como uma crítica da organização, embora não tenha tido condições de associá-la ao estatismo soviético.

Ao escrever o livro, - depois de ter assumido a vaga de Deputado Federal deixada livre por Leonel Brizola, em 1963 -, Guerreiro já não estava mais otimista. O ambiente político e as preocupações com o destino nacional causaram uma inflexão em seu otimismo. Por sua vez, neste livro Guerreiro também ensaia sua proposta do “homem parentético”, que seria “capaz de se ajustar ativamente à

sociedade e ao universo”. O homem universal, continua, “é o homem parentético, portador por excelência da ‘vontade refletida’. É o homem dotado de “pensamento planificado”⁴ e de “imaginação sociológica”.

Desilusão e reconhecimento

Cassado em 1964 e exilado nos EUA, desenvolveu uma nova Teoria das Organizações. Vale dizer que já em sua obra de 1963, ao se preocupar que a “organização é o segredo da servidão humana [...]” e “o existencialismo é a filosofia da resistência à organização”, Guerreiro já indicava suas preocupações com uma teoria normativa da sociedade e da organização. Apesar dos seus avanços intelectuais e teóricos, seu regresso ao Brasil em 1979 depois da Lei da Anistia não teve as pompas que imaginou e que, de fato, lhe seria merecido. Isso impactou Guerreiro, dando-lhe certo amargor, inconformismo, e postura crítica bastante intensa.

Sua entrevista à Lucia Lippi de Oliveira e Alzira de Abreu, em 1981, capturou um pouco da trajetória e estado de espírito de Guerreiro Ramos. Se via “como um homem que não tem queixas da vida” (pg. 133), e que “não pertença a instituições, não tenho fidelidade às coisas sociais”. Descreveu suas batalhas: “eu desafiei a Igreja, desafiei o ISEB, desafiei o PCB e o PTB” (pg. 160). Mostrava seu ceticismo e inconformismo - particularmente com a Escola de Sociologia de São Paulo - ao dizer que “a ciência é um blefe para mim, uma falácia, exceto Max Weber”. Seu inconformismo se consubstanciava em uma profunda confiança na qualidade e abrangência de sua obra: “quando leio meus livros, sobretudo os livros sobre o Brasil, é uma coisa de uma intuição, de uma lucidez, puta que o pariu [...] Eu me vejo como o maior sociólogo brasileiro” (pg. 160). Mas nenhum livro seu se compararia com “o Problema Nacional Brasileiro de Alberto Torres, um livro redondo, completo” (pg. 163).

Possuía clareza na correlação de seu estado de espírito com a falta de reconhecimento entre seus pares, e dizia “eu sou uma pessoa frustrada [...] não tenho o reconhecimento que mereço no Brasil”. (166-167).

Já nessa altura, sua leitura com a realidade brasileira era pessimista: “No Brasil as pessoas comem errado, vivem errado, amam errado [...] Nós estamos dominados pela desordem” (pg. 178-179), e estava descrente também com a política brasileira e sua elite intelectual: “não há perspectiva, ninguém sabe nada do Brasil” [...] só tem picareta na política brasileira. É o país da picaretagem” (pg.181-182).

O grande brasileiro

Isso é uma fotografia que aponta que Guerreiro estava desiludido, que estava triste. Mas afinal, o Guerreiro havia sido derrotado? Sim e não! Ele foi vencido, porque expulso da vida política e porque foi discriminado entre os intelectuais da teoria da dependência; ele foi vitorioso porque suas ideias continuaram a inspirar o desenvolvimento econômico brasileiro, e porque, hoje, o interesse por sua obra e, mais amplamente, a contribuição do ISEB, é crescente. Apesar de em alguns momentos expressar ressentimentos e decepções internas, a vida e obra de Alberto Guerreiro Ramos foi condizente com uma frase que lhe era recorrente nos tempos de exílio e depois do seu regresso: “*sou um sujeito que penso no Brasil 24 horas por dia.*” Sua vida e obra merecem ser devidamente resgatadas e debatidas à luz dos acontecimentos atuais. Passados quase 34 anos de sua morte o Brasil ainda é marcado por dilemas de meio século atrás, ainda carente de uma sociologia nacionalista capaz de contribuir para uma estratégia nacional de desenvolvimento que nos faça superar a histórica encruzilhada entre dependência, crise e desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (2010) “As três interpretações da dependência”, *Perspectivas – Revista de Ciências Sociais* 38, julho/dezembro: 17-48.
- CAVALCANTI, B; DUZERT, Y; MARQUES, E. (2014) *Guerreiro Ramos - coletânea de depoimentos*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- FRANK, Andre Gunder (1966) “The development of underdevelopment”, *Monthly Review* 18 (4) 1966: 17–31. Disponível na internet em várias línguas.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto (1946) “Administração e política à luz da sociologia”. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 63, n. 1, p. 99-110, jan./mar. 2012

- ____ (1953) *O Processo da Sociologia no Brasil*, Rio de Janeiro: Edições Quilombo 1953.
- ____ (1954) *Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo*, Rio de Janeiro: Editorial Andes.
- ____ (1955 [1995]) “Esforços de teorização da realidade nacional politicamente orientados, de 1870 aos nossos dias”, in Clóvis Brigagão, org. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1995: 81-100. Conferência originalmente proferida no I Congresso Brasileiro de Sociologia, Faculdade de Filosofia da USP, 21 a 27 de junho de 1955.
- ____ (1956) “A problemática da realidade brasileira”, in Guerreiro Ramos et al. *Introdução aos Problemas Brasileiros*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, 1956.
- ____ (1957 [1995]) *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Andes. Republicado pela Editora UFRJ, 1995.
- ____ (1957 [1995]) “Nacionalismo e xenofobia”, in Guerreiro Ramos, *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira* (Rio de Janeiro: Editora Andes, 1957). Reproduzido in Clóvis Brigagão, (org) *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ: 81-100, 1995.
- ____ (1957) *Condições sociais do poder nacional*, Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB.
- ____ (1958) *A Redução Sociológica*, Rio de Janeiro: ISEB, 1957.
- ____ (1960) *O Problema Nacional do Brasil* (Ensaio de 1955 a 1959), Rio de Janeiro, Editora Saga, 1960.
- ____ (1961) *A Crise do Poder no Brasil*, Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- ____ (1963) *Mito e Verdade sobre a Revolução Brasileira*, Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- ____ (1981) *Entrevista a Lúcia Lippi Oliveira e Alzira Alves Abreu (1981)*, in Lucia Lippi Oliveira. *A Sociologia do Guerreiro*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ: 131-183, 1995.
- JAGUARIBE, Hélio (1958) *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB.
- SOUZA, Jessé (2015) *A Tolice da Inteligência Brasileira*. São Paulo: Leya.

¹ Com a Constituição de 1937, passou a exigir-se o concurso público para o ingresso ao funcionalismo público e, em 1938, criou-se o DASP, que passa a ser o órgão responsável pela reforma do Serviço Público. Além do DASP, através dos Conselhos de Geografia, Economia e Finanças, além do Ministério da Educação e outros órgãos públicos, o Estado brasileiro ganhou consistência administrativa e um sentido nacional para sua ação. Deixou de ser mero garantidor da ordem social, como ocorrera até 1930, para se tornar agente de serviços sociais e, principalmente, indutor do desenvolvimento econômico e articulador de um projeto político-econômico estratégico.

² A título de curiosidade, Caio Prado Junior também usou esse termo em 1942 na obra *Formação do Brasil contemporâneo*; e também posteriormente o grande educador Paulo Freire, em sua primeira obra, *Educação e atualidade brasileira*, de 1959.

³ Ver Bresser-Pereira, “As três interpretações da dependência” (2010).

⁴ Vemos aí a influência de Mannheim.